

Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional

Weber Soares*

Este artigo encerra dois propósitos principais: pôr à prova o alcance explicativo das teorias que lidam com as causas do fenômeno migratório e, à luz dos princípios teóricos e metodológicos da Análise de Redes Sociais, pôr em evidência as condições estruturais que permitem levar a efeito o migrar para outros países.

Palavras-chave: Análise de redes sociais. Migração internacional. Estrutura. Efeitos emergentes.

Introdução

O interesse teórico pela migração internacional tem se concentrado sobre três tópicos principais: (a) as causas de fluxos populacionais dessa natureza; (b) os determinantes que a eles, fluxos, conferem estabilidade/continuidade; (c) a adaptação dos migrantes à sociedade de destino. Guardam pertinência mais direta com a realidade-alvo aqui analisada o primeiro tópico e o segundo. Assim, o passo inicial da narrativa analítica realizada neste texto consiste em lançar as premissas teóricas do debate que se estabelece entre a corrente neoclássica, a estruturalista, a institucionalista e a dos sistemas mundiais sobre as causas da migração internacional.

Na seqüência, o olhar volta-se para o esforço de construção do trânsito entre a perspectiva “estruturalista” e a “subjetivista” empreendido pela Análise de Redes Sociais. Esse arcabouço teórico não tenta uma síntese impossível entre estrutura e sujeito; busca, isto sim, estabelecer uma ponte entre essas duas escolas de análise do campo social. A um só tempo, a análise

de redes admite o constrangimento formal e a racionalidade relativa, o que significa, metodologicamente, trabalhar com uma rigorosa representação algébrica da configuração estabelecida entre as relações sociais e ter em conta o contexto social no qual os atores tomam decisões: o ator move-se dentro de uma lista predeterminada de preferências e faz a melhor escolha possível, com os meios de que dispõe.

Este artigo encerra dois propósitos: pôr à prova o alcance explicativo das teorias que lidam com as causas do fenômeno migratório e, à luz dos princípios teóricos e metodológicos da Análise de Redes Sociais, pôr em evidência as condições estruturais que permitem levar a efeito o migrar para outros países.

Fundamentos teóricos da migração internacional

O mais amplo arcabouço conceitual sobre as causas da migração internacional, conhecido como *teoria da atração e expulsão*, consiste na reunião de fatores econômicos,

*Professor da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), em Governador Valadares (MG).

sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixarem o próprio país. Interpretações de diferentes filiações teóricas (de neoclássicas a estruturalistas) lançam mão desse arcabouço, ao arrolar como determinantes dos fluxos migratórios: (a) o elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento – nesses países, o excedente de mão-de-obra, gerado pelas altas taxas de crescimento populacional, não é absorvido de forma produtiva, o que leva à emigração para países desenvolvidos; (b) a pobreza – privação econômica estrutural; (c) o desequilíbrio da renda; (d) a estagnação econômica; (e) as violações aos direitos humanos, resultantes de problemas políticos e sociais, que têm um efeito destabilizador sobre a sociedade e podem conduzir à migração forçada (Naciones Unidas, 1997).

A longa trajetória de análise dos movimentos populacionais em associação com o desempenho das atividades econômicas inicia-se com Ravenstein (1980). Para ele, os fluxos migratórios gerados pela busca de melhores condições materiais de vida superam, em muito, os fluxos cujos motivos não são econômicos, e as correntes migratórias que se dirigem para centros industriais e comerciais resultam da demanda por mão-de-obra.

Inspiração calcada em mecanismos causais de natureza econômica encontra-se, também, na *macroteoria neoclássica*¹ (Harris e Todaro, 1980; Todaro, 1980; Lewis, 1963), ao lidar com a emergência dos fluxos migratórios. Essa perspectiva teórica afirma que a migração internacional, bem como sua contraparte interna, é causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho, desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais: países com excesso de força de trabalho, em relação ao capital, apresentam baixos salários e países com limitada força de trabalho, em relação ao capital, altos salários. A resultante do deslocamento populacional torna-se, então, evidente: de

países com baixos salários ou com excesso de mão-de-obra para países com altos salários ou com escassez de força de trabalho. À medida que se intensificam os fluxos migratórios, a oferta de trabalho diminui e os salários sobem em países carentes de capital, ao passo que em países fartos de capital a oferta de trabalho aumenta e os salários caem. Desse modo, o diferencial internacional de salário passaria a refletir apenas os custos monetários e psíquicos do deslocamento. Os mercados de trabalho constituem o mecanismo primário pelo qual os fluxos internacionais são induzidos. Não obstante, implícita está a proposição de que se fossem eliminadas as diferenças salariais entre os países, os fluxos migratórios deixariam de existir.

Para a *microteoria neoclássica* (Sjaastad, 1980; Todaro, 1980), indivíduos racionais decidem migrar porque esperam obter um retorno líquido positivo, geralmente monetário, desse deslocamento. Dada a qualificação que possuem, migrantes potenciais estimam os custos e benefícios de se deslocarem para outros países e transferem-se, em determinado horizonte temporal, para onde os retornos líquidos, descontados os retornos esperados, são maiores. Nesse caso, além das diferenças salariais, a taxa de emprego é levada em conta pelo indivíduo: se os rendimentos da região de destino, multiplicados pela probabilidade de aí encontrar emprego, menos o custo material, social e psicológico da viagem, forem superiores ao da região de origem, a migração concretiza-se. Enfim, migração internacional é entendida por essa corrente teórica como o simples somatório de movimentos individuais; constitui uma forma de investimento em capital humano, e a decisão migratória origina-se do desequilíbrio ou da descontinuidade entre os mercados de trabalho – outros mercados não influenciam diretamente essa decisão.

É preciso reconhecer que não há antagonismo entre a macro e a microteoria

¹ A taxionomia das principais correntes teóricas que se dedicam às causas da migração internacional foi, em parte, retirada de Massey *et al.* (1993).

neoclássica: ambas admitem que a migração internacional origina-se de diferenças nas taxas salariais entre os países e propõem que mercados de trabalho em desequilíbrio podem ter na migração um fator equilibrante.

Os novos economistas da migração entendem que as decisões migratórias não são tomadas por atores individuais isolados, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas, tipicamente famílias ou domicílios. Ao contrário do que postulam os neoclássicos, os novos economistas da migração não aceitam o funcionamento perfeito do mercado e acreditam que os domicílios, pela distribuição diversificada dos recursos que estão à sua disposição, incluindo o trabalho familiar, estariam em posição melhor do que o indivíduo para controlar os riscos ao bem-estar econômico. Os indivíduos atuam coletivamente, não apenas para elevar ao máximo a renda esperada, mas também para reduzir os riscos e diminuir os constrangimentos associados com uma variedade de falhas de mercado (mercado de trabalho, mercado de seguros, mercado de capital, mercados futuros etc.). Assim, os domicílios têm incentivos significativos para investir recursos escassos em atividades e projetos que permitam o acesso a novas fontes de renda, mesmo com a perspectiva de que tais atividades não aumentem, necessariamente, a renda total. Se as decisões familiares são motivadas pela necessidade de diversificação dos riscos, a diferença salarial entre as nações não constitui, nesse caso, condição necessária para a ocorrência de movimentos migratórios (Massey *et al.*, 1993). Logo, o movimento internacional não pára, necessariamente, quando os diferenciais de salário são eliminados entre as fronteiras nacionais; o incentivo à migração continua a existir se outros mercados, dentro dos países de origem, são ausentes, imperfeitos ou estão em desequilíbrio.

Ainda que as formulações teóricas dos novos economistas da migração e da escola neoclássica conduzam a conclusões diferentes sobre as origens e a natureza da migração, são ambas tributárias de modelos

de decisão de âmbito micro. Tais correntes teóricas não estão em desacordo; em ambas a mobilidade espacial surge como campo privilegiado de demonstração da racionalidade dos agentes, mesmo que se encontrem diferenças entre as unidades que tomam as decisões (indivíduo ou família); entre o que é valorizado ou desvalorizado (renda ou risco, por exemplo); entre as suposições acerca do contexto econômico em que as decisões são tomadas (mercados completos que funcionam bem *versus* mercados ausentes ou imperfeitos); entre os limites pelos quais a migração é considerada uma decisão socialmente “contextualizada” (se a renda é avaliada de acordo com valores absolutos ou relativos, por algum grupo de referência).

Em posição diametralmente oposta à dos modelos de escolha racional – que concebem a migração internacional como estratégia de mobilidade livremente assumida, autônoma – estão as análises da *teoria histórico-estrutural*, que entendem os deslocamentos humanos como estratégia de mobilidade sujeita a constrangimentos estruturais. Preocupados com as consequências do rápido crescimento da população urbana, a concentração populacional nas grandes cidades e a penetração das forças de mercado no campo, os pesquisadores identificados com esta vertente dedicaram-se, inicialmente, à migração interna, sobretudo à migração rural-urbana. Só no final dos anos 70, quando a estagnação econômica mundial pôs em evidência a absorção de imigrantes como questão política relevante para os países desenvolvidos, é que as concepções histórico-estruturais passaram a ser aplicadas aos fluxos internacionais de trabalhadores (Massey *et al.*, 1998).

Para esse tronco teórico, a migração constitui um fenômeno (relação, processo) social e sua unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do

rearranjo espacial das atividades produtivas. Daí que os determinantes e conseqüências da migração devem ser remetidos a outros fenômenos sociais, historicamente condicionados, que se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social (Singer, 1973).

A vertente teórica da *mobilidade da força de trabalho* centra a análise na produção e reprodução ampliada da relação capital/trabalho. “A migração deixa de ser conseqüência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação e a dimensão espacial, traduzida como um conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho.” (Salim, 1992, p. 30). Nesse caso, os deslocamentos humanos aparecem como resultado de uma estratégia capitalista de mobilidade forçada. A mobilidade da força de trabalho é uma das condições de existência do sistema capitalista e expressa a tendência de submissão, cada vez maior, do trabalhador às exigências do mercado: mercê do capital e das suas crises periódicas, a força de trabalho desloca-se de uma atividade para outra, de um espaço para outro, para satisfazer às necessidades da acumulação (Gaudemar, 1977).

De inspiração institucionalista, a *teoria do mercado dual de trabalho* (Piore, 1979) entende que a migração internacional é causada por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes, inerente à estrutura econômica das nações desenvolvidas. Os principais determinantes dessa demanda são: (a) a inflação estrutural e (b) o dualismo econômico.

O primeiro determinante ganha expressão no argumento de que as variações salariais não resultam apenas de oscilações entre a oferta e a demanda de trabalhadores; refletem também o *status* social do trabalho: uma diversidade de expectativas sociais informais e de mecanismos institucionais garante a correspondência entre os salários e a hierarquia de prestígio e *status* percebida e esperada pelas pessoas. Em razão disso, atrair trabalhadores nativos pouco qualificados, durante períodos de escassez de trabalho,

pelo aumento dos salários de entrada é caro e disruptivo, o que fornece aos empregadores forte incentivo para buscar soluções mais fáceis e baratas, tais como a importação de trabalhadores que aceitam baixos salários e não se incomodam com as implicações negativas, para o *status* e prestígio, de ter um emprego de baixa qualificação.

O segundo determinante remete à repercussão do dualismo, inerente ao binômio trabalho-capital, na estrutura segmentada do mercado de trabalho. Nas sociedades industrialmente avançadas esse mercado divide-se, basicamente, em dois setores ocupacionais: primário e secundário. Aos trabalhadores nativos fica reservado o setor primário, no qual os salários são mais altos, os empregos são mais seguros e há a possibilidade de melhoria ocupacional. No setor secundário ocorre a demanda permanente por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, que aceitam os baixos salários, as condições instáveis e a falta de perspectivas razoáveis de mobilidade social. Não só o perfil da renda, mas também o tipo de trabalho do setor secundário operam para tornar a sociedade resistente à eliminação das atividades pertencentes a esse setor e para fazer com que os nativos relutem em desempenhar tais atividades.

A migração não é, por conseguinte, causada por fatores de expulsão nos países de origem (baixos salários ou alto desemprego), mas por fatores de atração nos países de destino. A explicação para o início do fluxo migratório encontra-se na maneira pela qual a demanda de trabalhadores imigrantes é satisfeita: práticas de recrutamento são utilizadas por empregadores das sociedades desenvolvidas ou por governos, para atender aos interesses desses empregadores. Fica patente que as diferenças internacionais de salário não constituem condição suficiente para que a migração ocorra, o que aponta a mudança de percepção na causalidade do fenômeno: a causa dos fluxos migratórios internacionais não está na esfera da racionalidade/esforço puramente individual, mas, sim, no

predomínio da crônica e inevitável demanda de trabalhadores estrangeiros (força de atração) e na primazia de fatores econômicos de natureza estrutural.

Em virtude do processo de reorganização da economia mundial e do processo simultâneo de reordenação das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países do mundo capitalista, a *teoria dos sistemas mundiais* propõe tratar a migração internacional mais recente como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino dos fluxos. Para uma explicação mais adequada sobre as origens dessa migração é preciso, portanto, compreender as diferentes formas de incorporação dos países ao sistema global (Portes e Bach, 1985).

De acordo com Portes e Bach (1985), os movimentos populacionais recentes apóiam-se na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural dos países de destino sobre os de origem (o modo de vida americano conforma hoje um padrão global) e na ampliação das expectativas de consumo até áreas remotas do planeta. A penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global.

Conforme Sassen (1988), a reorganização da economia mundial, ao longo das décadas de 70 e 80, contribuiu para a constituição de um espaço transnacional no qual circulam não apenas trabalhadores, mas, sobretudo, capital, mercadorias, serviços e informação. A mobilidade do capital, mais precisamente a internacionalização da produção, tem gerado condições para a mobilidade do trabalho. Formas pronunciadas dessa internacionalização manifestam-se nos seguintes processos: (a) o desenvolvimento da produção para exportação, em diversos países do Terceiro Mundo, por meio de maciços investimentos estrangeiros diretos; (b) a transformação de grandes cidades em

centros de controle e gerenciamento do sistema econômico global (Nova York e Los Angeles, por exemplo); (c) a emergência dos Estados Unidos como principal destinatário dos investimentos internacionais diretos.

Pobreza, superpopulação e estagnação econômica, presentes nos países do Terceiro Mundo, não são suficientes para explicar a origem dos fluxos migratórios internacionais. Para tanto, é preciso verificar como as formas de internacionalização da produção incorporam esses países ao espaço transnacional e, ao mesmo tempo, combinam-se com as condições de pobreza, superpopulação e estagnação econômica.

A elevação dos investimentos internacionais diretos promove as condições que facultam a emigração de países periféricos para países centrais. Esses investimentos, que procuram, nesses países periféricos, mão-de-obra barata, ensejam profundas mudanças no mercado de trabalho local e, ao mesmo tempo, sólidas ligações culturais e materiais com os países centrais. A criação de novas aspirações de consumo, sem que as condições para sua satisfação estejam postas, e a preferência pela mão-de-obra feminina, considerada mais maleável, levam a força de trabalho masculina a buscar alternativas de emprego para garantir a própria sobrevivência e preservar o *status* da família tradicional. Em suma, a quebra das estruturas tradicionais de trabalho, a predileção pela força de trabalho feminina na indústria, com a conseqüente queda das novas oportunidades de trabalho masculino, e o efeito generalizado de ocidentalização de tais contextos formam o quadro de rupturas que dá margem à emigração internacional (Sassen, 1988).

Ao tratar os movimentos migratórios internacionais à luz das forças econômicas de natureza global, a teoria dos sistemas mundiais confere às resultantes desses movimentos um caráter mais amplo e estrutural, pois prevalece aí o argumento de que a mobilidade da força de trabalho é regulada pela lógica de acumulação do capital, que cria, destrói e recria oportunidades de trabalho em diferentes partes do

planeta. Há, nessa visão, um deslocamento da ênfase sobre a racionalidade individual para as maneiras como os meios sociais afetam e modificam os comportamentos econômicos e essa mesma racionalidade.

Se as interpretações teóricas das causas da migração internacional consideradas até aqui não dão conta do que a experiência tem mostrado sobre deslocamentos humanos dessa natureza; se aceita a assertiva de que o indivíduo é levado a migrar mais pela proximidade das relações sociais do que pela proximidade geográfica das regiões de origem e destino dos fluxos populacionais, que segue as rotas traçadas por parentes e amigos antes dele (Durham, 1984), torna-se oportuno lançar mão de outra linha de investigação, que não exclui, necessariamente, as demais: a Análise de Redes Sociais.

Análise de redes sociais

A importância conferida às redes sociais no campo dos estudos de migração surgiu da necessidade de considerar processos sociais concretos que pudessem lançar luz sobre o caráter seletivo da dinâmica migratória, e que pudessem responder a duas questões-chave: (a) por que alguém se torna migrante? e (b) por que algumas pessoas de um segmento populacional, sob efeito das mesmas transformações estruturais econômicas, sociais ou políticas, migram e outras não? Tais processos sociais concretos incluiriam redes institucionais e de pessoas que, operando entre as esferas micro e macro, organizariam, de fato, a migração.

De acordo com Tilly (1990), as unidades efetivas da migração não são nem indivíduos nem famílias, mas, sim, conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Não redutível às características (atributos) e intenções individuais, a migração deveria ser pensada como estrutura comunitária que se traslada. Os movimentos migratórios transplantam os principais segmentos das redes sociais existentes: “as redes migram”.

Para Massey *et al.* (1987), as condições que dão origem à migração podem ser totalmente diferentes das condições que a perpetuam no tempo. Se transformações estruturais nas sociedades de origem e de destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sociais conferem a tais fluxos estabilidade, transformando-os em movimento de massa. As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. Assim, “a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (Massey *et al.*, 1987, p. 169).

A teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apóia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. Essa rede tende a se tornar auto-suficiente com o tempo, por causa do capital social acumulado, que faculta aos migrantes em potencial contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos, além de oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no destino. À medida que as conexões interpessoais são estendidas e elaboradas, esse capital social mostra-se cada vez mais disponível ao migrante em potencial nas comunidades de origem, o que intensifica a expectativa dos retornos líquidos e reduz progressivamente os custos financeiros e físicos da migração (Massey *et al.*, 1987).

Metáfora das redes sociais

A grande maioria dos estudos que se valem do arcabouço conceitual das redes sociais para tratar os fluxos migratórios, em especial as análises que lidam com a

migração internacional de brasileiros, tem como fonte inspiradora as interpretações de Tilly e Massey. Lugar comum nesses estudos é o reconhecimento de que as redes sociais são de grande importância para entender as migrações; constituem, portanto, princípio heurístico. Todavia, os discursos não passam dessa representação metafórica de redes sociais.

Há certa sinonímia entre as concepções de rede social e de rede pessoal: a rede social apresenta-se como manifestação de redes pessoais cotidianas ancoradas em relações sociais de parentesco e de amizade. Além disso, o trânsito entre os conceitos de rede pessoal e rede migratória realiza-se mais uma vez, nesses mesmos discursos, de forma direta. Esta coincidência de significados constrói-se mercê da recorrência com que as relações de parentesco e de amizade são apontadas como (a) causas ou intensificadoras dos fluxos migratórios – as pessoas migram por causa do suporte dado por redes pessoais – e (b) responsáveis pela manutenção dos vínculos entre origem e destino, pela orientação que os fluxos assumem, pela circulação de recursos materiais e simbólicos etc. Enfim, prevalece certa imprecisão quanto aos limites conceituais de rede social, rede pessoal e rede migratória – existe alguma “promiscuidade” na utilização desses conceitos.

Não cabe dúvida sobre a importância das redes sociais para entender as migrações internacionais. Mas é necessário ir além dessa mera indicação e estabelecer as bases iniciais da perspectiva teórica que se estrutura, tendo em vista as imprecisões encontradas em parte da literatura sobre a temática das redes sociais, redes pessoais e redes migratórias. Assim, cabe admitir que:

1. Rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em

torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais.

2. Rede pessoal representa, então, um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.
3. Rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar.
4. Rede migratória, cujas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é também um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras; consiste, portanto, em *rede de redes sociais*.
5. O entendimento da cultura como sistema simbólico, como teias de significados tecidas pelo homem e nas quais ele está enredado (Geertz, 1989); a compreensão de que o comportamento humano é guiado pelas simbolizações da própria cultura², de que a ação social é guiada pelas afirmações genéricas e particulares que os atores fazem uns aos outros sobre o comportamento, sugerem que a rede social funcione como circuito em que as representações são negociadas (Hammel, 1990). Logo, da rede migratória fazem parte certas representações sociais que constituem o cerne da cultura migratória.
6. Rede migratória implica origem e destino e a compreensão do retorno como elemento constitutivo da condição de migrante, o que põe em xeque alguns padrões de análise: assimilação, esforço individual – no limite, a assimilação absoluta representa a negação da própria condição de migrante. É, portanto, a noção de retorno que concede *status* ontológico à dinâmica migratória; é a nostalgia/

² É o comportamento avaliativo dos atores, jogando incessantemente com variações sobre os temas fornecidos pelo estoque cultural corrente, que cria e recria a cultura como um sistema elaborado e constantemente modificado de símbolos (Hammel, 1990).

saudade da origem que confere a uma pessoa sua condição de migrante. Conforme Sayad (2000), o retorno remete, necessariamente, às relações do migrante com o tempo, com o espaço físico e com o grupo. Em relação ao *tempo*, o migrante concebe algo como um retorno a si mesmo, um retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva. Nessa relação está o tempo de ontem e o tempo do futuro; a representação de um e a projeção de outro são estreitamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da imigração presente. Quanto ao *espaço*, é preciso lembrar que ele é sempre um espaço qualificado nostálgico, carregado de afetividade. Em todas as suas formas e seus valores, em sua dimensão física ou geográfica e em suas outras qualificações sociais, a terra natal é apenas metáfora espacial do espaço social. Por fim, a relação com o *grupo* evidencia tanto o da sociedade de origem, que foi deixado fisicamente mas que permanece, de uma maneira ou de outra, na memória, quanto o grupo da sociedade de destino, ao qual é preciso impor-se, aprender a conhecer e dominar. Existir é existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social; “o pertencimento de cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o

pertencimento ao grupo é um pertencimento ao grupo dos nacionais e um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns” (Sayad, 2000, p. 13).

Precisar os suportes teóricos que distinguem o tratamento dado pela análise de redes aos fenômenos sociais, em particular à migração, do tratamento dado aos mesmos fenômenos pela investigação sociológica convencional é o que agora se impõe.

*O olhar sobre as relações*³

Uma rede consiste num conjunto de atores ou nós (pessoas, objetos ou eventos) ligados por um tipo específico de relação. A diferentes tipos de relações correspondem redes diferentes, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo⁴. A rede, porém, não é consequência, apenas, das relações que de fato existem entre os atores; ela é também o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores, do que Burt (1992) chama de “buraco estrutural”⁵.

Vale lembrar que as redes podem ser compostas de atores de natureza diversa. Num extremo, elas consistem de símbolos constantes em textos ou de símbolos presentes em verbalizações; noutra extremo, de estados que integram um país ou de países que compõem o sistema mundial. As redes podem, então, ser tão pequenas quanto uma sala de aula do Ensino Fundamental, ou tão grandes como o conjunto dos países⁶ (Hanneman, 2001).

³ Para uma visão detalhada do surgimento e evolução da Análise de Redes Sociais confira Scott (2000).

⁴ “[...] é improvável que, para o conjunto de trabalhadores de determinada empresa, a rede de conselhos, a rede de amizade e a rede de autoridade sejam a mesma coisa” (Knoke e Kuklinski, 1982, p. 12).

⁵ “Por exemplo, prestar atenção apenas nas conexões que se manifestam pela fofoca, em uma comunidade, e não considerar os buracos estruturais, que resultam da ausência de ligações, pode levar a um entendimento impreciso de como se espalham ou se evaporam os rumores” (Knoke e Kuklinski, 1982, p. 11).

⁶ A título de ilustração, poder-se-ia considerar como exemplo de rede o fluxo comercial de 50 mercadorias diferentes (café, açúcar, chá etc.) entre 170 países do sistema mundial, em determinado ano. Nesse caso, os 170 países despontam como atores e a quantidade de cada mercadoria exportada de um país para os 169 restantes, como a força do laço existente entre eles (Hanneman, 2001).

Relações e atributos

É evidente que a organização do mundo social, com base em atributos, muito difere de uma organização que se debruça sobre as relações. Atributos são qualidades inerentes à unidade que não consideram as relações dessa mesma unidade com outras unidades ou com o contexto social específico dentro do qual elas, qualidades, são observadas. A construção de categorias *a priori*, que agregam indivíduos de acordo com sexo, idade, classe econômica etc., fundamenta-se no pressuposto de independência estatística – o pressuposto de dependência resultaria em viés – e na intenção de determinar a força do relacionamento entre certas variáveis. Logo, a análise se faz sobre as relações entre variáveis e não entre atores; e, apesar das sofisticadas interpretações baseadas em atributos que as técnicas de pesquisa têm oferecido, não se pode esquecer que essas interpretações dependem da forma como são agrupados os eventos⁷.

Uma relação não é uma característica intrínseca ao ator considerado isoladamente; corresponde a uma propriedade que emerge dos laços entre dois ou mais atores. As relações dependem de contextos sociais específicos e são alteradas ou desaparecem se um ator é removido da interação com outros atores (a relação professor/aluno não existe fora do cenário escolar; a relação marital desaparece com a morte de um dos cônjuges ou com o divórcio); os atributos permanecem em diferentes contextos sociais (idade, sexo ou renda não mudam se o indivíduo está em casa, no trabalho ou na igreja) (Knoke e Kuklinski, 1982).

As relações entre os atores de uma rede apresentam forma e conteúdo. O conteúdo é dado pela natureza dos laços (parentesco, amizade, poder, troca de bens simbólicos ou materiais, afetiva etc.). A forma da relação compreende dois aspectos básicos: (a) a intensidade ou a força do laço entre dois

atores e (b) a freqüência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Logo, conceitualmente, duas relações de conteúdo distinto podem apresentar formas idênticas (Knoke e Kuklinski, 1982).

Estrutura e efeitos emergentes

A análise de redes considera as relações estabelecidas entre os atores sociais como blocos de construção da estrutura social e entende que o ambiente social se expressa pelos padrões ou regularidades presentes nessas relações. Esse tipo de análise estaria voltado, então, para o padrão regular de relações entre as posições ocupadas pelos atores – estrutura social – e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada um dos atores dentro da rede.

Dois pressupostos relevantes sobre o comportamento social fundamentam a análise de redes: (a) os atores, freqüentemente, participam de algum sistema social que comporta muitos outros atores, os quais são importantes pontos de referência para tomar decisões; (b) num sistema social, a estrutura, as regularidades presentes nos padrões relacionais dos atores/nós, manifesta-se em vários níveis. Esses pressupostos remetem ao papel central que a organização das relações sociais desempenha na análise das propriedades estruturais das redes nas quais se inserem os atores, bem como na identificação dos fenômenos sociais emergentes, que não têm existência na esfera individual.

A compreensão de que o mundo social se constrói com base em relações sociais que possuem propriedades estruturais, que admitem dinâmica própria e temporalidade social, manifesta-se no conceito de análise de redes proposto por Degenne e Forsé (1999, p. 1): “[...] conjunto de métodos voltado para o estudo sistemático das estruturas sociais”.

⁷ “Se um pesquisador está classificando indivíduos em categorias sociais e descobre que uma de suas variáveis não tem efeito sobre, por exemplo, a prática religiosa, ele ainda não pode concluir, definitivamente, que sua variável não afeta a prática religiosa. Afinal, o agrupamento realizado pode simplesmente não funcionar. Outros agrupamentos poderiam mostrar efeitos significantes.” (Degenne e Forsé, 1999, p. 2).

Análise de redes e dinâmica social

É conhecida a oposição entre os interacionistas (subjetivistas) e os estruturalistas (objetivistas). Os interacionistas privilegiam a experiência vivida dos indivíduos, reduzem o funcionamento da sociedade às interações e procuram entender o que essas interações significam para a construção mental e prática das realidades sociais. Nessa perspectiva, o real seria o que as pessoas definem como tal, isto é, o mundo social é reduzido às representações que dele fazem os agentes, e então a tarefa da ciência social consistiria em produzir uma explicação das explicações produzidas pelos sujeitos sociais... (Bourdieu, 1990).

O estruturalismo alinha-se contra a interpretação da realidade como devir, desenvolvimento ou progresso; concebe essa realidade como um sistema relativamente constante e uniforme de relações. O sistema não é, porém, considerado estático; essa vertente teórica subordina a concepção diacrônica do mundo social à sincrônica e admite que as transformações nas relações constitutivas de um sistema são oscilações em torno dos limites dados pelo próprio sistema. E mais, o estruturalismo afirma a prioridade das estruturas sociais em relação às escolhas individuais; deduz as ações e interações sociais da estrutura, isto é, percebe a estrutura social como um conjunto de padrões de relacionamento dotado de existência própria e independente dos indivíduos ou grupos que nela ocupam posições. Os estruturalistas buscam apreender relações objetivas, sem considerar as consciências e vontades individuais; entendem, portanto, que a vida social deveria ser explicada, como dizia Durkheim, não pela concepção que fazem dela os agentes, mas pelas causas profundas que escapam à consciência (Abbagnano, 1982).

Essa oposição entre a concepção estrutural e a interacionista apresenta-se à

sociologia dos sistemas simbólicos como absolutamente fictícia, porque conduz a mutilações, a simplificações da dinâmica social, e embaraça a invenção/criação intelectual. Para essa corrente, existem no próprio mundo social, e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações; e há, também, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação, constitutivos do campo de competências, que os indivíduos utilizam para se movimentar no universo arbitrário de determinada sociedade.

Da perspectiva metodológica, a sociologia dos sistemas simbólicos caracteriza-se pelo esforço de conciliação entre as exigências da concepção estrutural e os cuidados impostos pela apreensão interacionista no que diz respeito à reconstrução do vivido. Empenha-se, ainda, em elaborar conceitos estratégicos, com o objetivo de dar conta do trânsito entre os constrangimentos estruturais e as práticas constituintes dos agentes. Conceitos esses que anunciam a passagem dos indivíduos por um estágio intermediário de socialização, no qual têm a oportunidade de familiarizar-se com os símbolos e representações que dão liga ao mundo social partilhado por esses mesmos indivíduos.

É o caso da noção de “*habitus*”⁸. Para Bourdieu (1990), a ação não é a simples execução de uma regra. Os agentes sociais estão investidos de um sistema de disposições, adquiridas pela experiência, que varia de acordo com o tempo e o lugar. As condutas podem, então, estar orientadas para determinados fins sem que sejam conscientemente dirigidas a esses fins, ou seja, as práticas rituais são produto de um senso prático e não de uma espécie de cálculo inconsciente ou da obediência cega a uma regra, o que outorga a elas a coerência parcial, nunca total, das construções práticas.

⁸ Para dar conta do trânsito entre os constrangimentos estruturais e a prática constituinte dos agentes, Elias (1994) realiza, com o conceito de interdependência, esforço semelhante ao de Bourdieu com a noção de *habitus*.

As condições para o cálculo racional nunca são dadas na prática – o tempo é escasso, a informação é limitada etc. –, no entanto os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, a única coisa por ser feita. Abandonados às instruções de um senso prático, que é produto da exposição continuada a condições de natureza semelhante, os agentes antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo; comportam-se de certas maneiras em determinadas circunstâncias porque possuem um sistema de disposições para a prática, que é fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas (Bourdieu, 1990).

O *habitus* corresponde, portanto, a estruturas mentais por meio das quais os agentes apreendem o mundo social; é o jogo social incorporado, transformado em natureza; é a disposição regrada para gerar condutas regradas e regulares, à margem de referência às regras. Conjunto de padrões adquiridos de comportamento, pensamento e gosto, com traduções em diferentes domínios da prática, o *habitus* faz a ligação entre as forças do coletivo e as práticas individuais (Bourdieu, 1990). Assim, com o social inscrito no corpo, estaria o indivíduo habilitado a atuar num registro de semi-improvisação, tornando coisa sua o que todos sabem pertencer a um fundo comum de experiências.

Estabelecidas as bases teóricas sobre a dinâmica social das principais correntes sociológicas, fica claro que a análise de redes encontra pelo menos um ponto de tangência com a sociologia dos sistemas simbólicos: ambas trabalham na articulação das perspectivas estrutural e individual. Todavia, há divergências entre elas que se revelam pelo escrutínio dos marcos epistemológicos da análise de redes quanto aos princípios fundamentais do estruturalismo e do individualismo.

Constrangimento formal e racionalidade relativa

O forte determinismo que afirma a prevalência das estruturas sociais sobre as ações individuais (concepção estruturalista)

é incompatível com a análise de redes, porque “[...] conduz a uma identificação *a priori* da estrutura e estabelece uma causalidade abstrata entre a própria estrutura e os indivíduos, isto é, desconsidera as relações sociais concretas” (Degenne e Forsé, 1999, p. 6). Daí que, em vez de forte, a análise de redes sugere um fraco determinismo, fundado em duas proposições: (a) a estrutura não pode ser reduzida à soma das ações individuais e (b) o constrangimento estrutural é meramente formal, não-absoluto – deixa o indivíduo “livre” para atuar, mas restringe algumas de suas opções.

A estrutura, entendida como a presença de padrões regulares nas relações entre os atores e como constrangimento, varia dramaticamente na forma: vai da configuração isolada, na qual o ator não está conectado a nenhum outro ator, à saturada, na qual cada ator está diretamente ligado a todos os outros atores da rede. A forma da rede, manifestação gráfica das relações sociais empíricas, constitui instrumento heurístico a que recorre a análise de redes para explicar certos fenômenos sociais.

Tal concepção da estrutura social ligase, muito estreitamente, ao uso que dela foi feito no campo antropológico pela tradição empirista, representada por Radcliffe-Brown (1973), ao mesmo tempo em que se afasta da noção mais “abstrata”, defendida por Lévi-Strauss (1980). Ao passo que Radcliffe-Brown compreendia a estrutura social como a trama de todas as relações observadas numa sociedade, em dado momento, que a identificava ao conjunto das próprias relações sociais, Lévi-Strauss entende que “[...] as estruturas não são realidades diretamente visíveis ou observáveis, mas níveis de realidade que existem além das relações visíveis [...] e cujo funcionamento constitui a lógica mais profunda do sistema social” (*apud* Bottomore, 1988, p. 141). Neste caso, as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a estrutura social propriamente dita: a noção de estrutura social não diz respeito à realidade empírica, mas às elaborações teóricas capazes de dar

sentido a essa mesma realidade (Lévi-Strauss, 1980).

A proximidade entre as noções de estrutura de Radcliffe-Brown e da análise de redes não deve conduzir à suposição de que, neste recorte analítico, não é dada suficiente atenção aos aspectos diacrônicos da realidade, à mudança social: a estrutura é aí concebida, também, como resposta dinâmica às interações individuais. Resta saber que princípios do individualismo metodológico são incorporados ao arcabouço da análise de redes.

O individualismo metodológico acomoda dois paradigmas: o individualismo intencional e o individualismo estrutural. Filho da economia liberal e neoliberal utilitarista, o primeiro paradigma sustenta que o indivíduo racional busca o próprio interesse e toma decisões que permitem elevar ao máximo a própria utilidade. Esse interesse individual é, por definição, objetivo e inevitavelmente exógeno; assim, decisões seriam tomadas numa espécie de vácuo social (Degenne e Forsé, 1999).

Estranha ao entendimento de que os indivíduos tomam decisões como átomos individuais ou representam, às cegas, papéis atribuídos aos membros de dada categoria, a análise de redes volta-se para os pressupostos do individualismo estrutural. De acordo com este paradigma, os atores não são guiados, apenas, pelo auto-interesse objetivo, mas também pelo auto-interesse subjetivo: a racionalidade absoluta do individualismo cede lugar à racionalidade relativa. Assim, “[...] o *homo economicus* é capaz de altruísmo; pode imitar seus vizinhos. O conformismo total é racional com a opção de alguém que não busca se informar. Pode prevalecer, na decisão, o entendimento de que é melhor errar junto do que acertar sozinho” (Degenne e Forsé, 1999, p. 9).

Menos restritiva, a interpretação individual-estruturalista não exclui os interesses determinados endogenamente; assume que o ator se move dentro de uma lista predeterminada de preferências e faz a melhor escolha possível, com os meios de que dispõe, até mesmo no domínio especial

das relações sociais. Três proposições delimitam o *status* epistemológico da racionalidade relativa:

- (a) indivíduos atuam para alcançar seus objetivos, com base nas preferências pessoais;
- (b) constrangimentos interferem na ação, pois influenciam a probabilidade de alcançar alguns desses objetivos – os constrangimentos são estruturais;
- (c) os constrangimentos induzem os indivíduos a atuar de maneira mais consistente com as próprias preferências e, assim, a atingir seus objetivos. (Degenne e Forsé, 1999, p. 9)

Sem o princípio da racionalidade relativa, as redes sociais poderiam ser consideradas como verdadeiras caixas-pretas; aceitar esse princípio constitui, portanto, esforço heurístico que traz as relações sociais para o campo analítico e, sobretudo, significa reconhecer que as escolhas relacionais, em determinada estrutura social, não encontram explicação caso não se leve em conta o fato de que o ator compara vantagens e desvantagens antes de selecionar o curso da própria ação.

A natureza da articulação que se estabelece entre o fraco determinismo e a racionalidade relativa ganha expressão no conceito de circularidade. Circularidade significa, para a análise de redes, que a estrutura determina e é determinada pelas interações entre os atores; que a estrutura é, ao mesmo tempo, constrangimento “formal” e efeito das interações. E mais, “[...] qualquer estrutura está sempre inserida em uma estrutura maior, que consiste de todas as influências que escapam ao modelo” (Degenne e Forsé, 1999, p. 10).

Além de estabelecer uma ponte entre as formulações estruturalista (objetivista) e interacionista (subjetivista), a análise de redes dedica atenção aos mecanismos de mudança – efeitos emergentes. Entende que as alternativas de ação dos atores são socialmente estruturadas, porém aceita que a posição estrutural de um ator em determinada rede pode mudar e, com isso, dependendo das interações entre os demais atores resultantes dessa mudança

de posição estrutural, a rede está sujeita a alteração⁹.

Essa visão mais dinâmica do comportamento social não está de acordo com o que se entende por sistema linear – fundamentado na compreensão de que a interferência num dos componentes de qualquer sistema provoca alterações sistêmicas proporcionais à intensidade dessa interferência – e, sim, com o que é conhecido por sistema não-linear – baseado no entendimento de que o conjunto de interações dos componentes sistêmicos enseja equilíbrios instáveis: pequenas transformações num desses componentes podem levar a drásticas mudanças de todo o sistema. A perspectiva dos sistemas não-lineares apreende o mundo social como imensa rede de interações na qual nada se pode definir de maneira absolutamente independente – as propriedades não estão nos atores, mas entre os atores; o comportamento de qualquer ator é definido por suas conexões com o resto do sistema.

Enfim, cabe conceber as redes sociais como sistemas não-lineares, abertos, que, embora apresentem regularidade/estabilidade, são suscetíveis de mudança, têm plasticidade. Na sua instância objetivista, as redes constituem expressão formal da estrutura social – regularidade nos padrões de relações entre atores concretos –, são topologias de interação social, porque servem para uma análise de situação, uma análise das posições relativas dos atores e das relações objetivas entre essas posições.

Conclusão

Quando o debate que se estabelece entre as correntes teóricas neoclássica, estruturalista, do mercado dual de trabalho

e dos sistemas mundiais é confrontado com os princípios teóricos e metodológicos que sustentam a análise de redes, cabe afirmar que:

1. Embora os fluxos migratórios estejam claramente associados às diferenças salariais, estas não são suficientes para dar conta da complexidade que o fenômeno migratório internacional abriga; basta lembrar as políticas restritivas à entrada de migrantes criadas, em passado recente, pelos países centrais. A experiência tem mostrado que os migrantes não respondem mecanicamente às diferenças nas taxas salariais e de emprego – não estão imbuídos das mesmas motivações nem enfrentam os mesmos obstáculos; os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos nos quais as decisões de migrar são tomadas diferem;
2. Constrangimentos estruturais que levam à expulsão da mão-de-obra, tais como pobreza ou privação econômica estrutural, relacionada a níveis baixos de produtividade e elevadas taxas de crescimento demográfico, não se apresentam como causas bastantes da emigração internacional, pois nem todas as regiões pobres do Brasil, por exemplo, mandam gente para o estrangeiro;
3. Contra a teoria do mercado dual do trabalho depõem: (a) o fato de que a emigração mais recente da força de trabalho de alguns países (caso do Brasil), em especial a que apresenta caráter clandestino, ilegal, foi iniciada sem o esforço de recrutamento dos países de destino; (b) a desconsideração

⁹ “Quando um sistema é perturbado, tem a tendência para manter sua estabilidade por meio de mecanismos de realimentação negativa, os quais tendem a reduzir o desvio do estado equilibrado. Contudo, essa não é a única possibilidade. Os desvios também podem ser internamente reforçados através da realimentação positiva, em resposta a mudanças ambientais ou espontaneamente, sem nenhuma influência externa. A estabilidade de um sistema é continuamente testada por suas flutuações, e, em certos momentos, uma ou várias delas podem tornar-se tão fortes que impelem o sistema a passar por uma instabilidade rumo a uma estrutura inteiramente nova, a qual será de novo flutuante e relativamente estável. A estabilidade dos sistemas nunca é absoluta.” (Capra, 1982, p. 280).

da natureza histórica do recrutamento, dos contextos histórico-específicos (mudança) em que a migração ocorre; e (c) a convicção de que origem e destino constituem recortes territoriais autônomos, o que permitiria reconhecer a demanda gerada pela estrutura produtiva das sociedades industriais de destino como causa primeira dos fluxos migratórios internacionais;

4. Não se pode, também, tomar a quebra de estruturas tradicionais de trabalho e a predileção pela força de trabalho feminina (com a consequente queda das oportunidades de trabalho masculina), provocadas pela internacionalização da produção, pelos investimentos internacionais diretos em países do Terceiro Mundo, como explicação suficiente da migração internacional, pois ela ocorre mesmo em regiões que não tenham sido objeto de tais investimentos.

Se o alcance explicativo dessas teorias que se debruçam sobre as causas da migração internacional é limitado em face da realidade de Governador Valadares, por exemplo, resta lançar mão do arcabouço conceitual oferecido pela análise de redes.

O ambiente social pode ser apreendido como um conjunto de redes de interações no qual nada se manifesta de maneira absolutamente independente – o comportamento de qualquer ator depende das relações/conexões que ele mantém com o resto desse mesmo ambiente/sistema. Suscetíveis de alterações ao longo do tempo, as redes são dinâmicas, possuem dimensão processual, histórica, apresentam natureza “pervasiva”, interpenetram-se, coexistem, expressam as regularidades presentes nas interações sociais.

Cada uma das redes que integra certo ambiente social define-se por um tipo de relação que a fundamenta; funciona como circuito de tráfego nesse ambiente, como

trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores (uma rede de amigos comporta, geralmente, poucos atores); fornece oportunidades e constrangimentos à ação individual. Esta não é, portanto, uma ação “surrealista”; inscreve-se na pauta de práticas sociais construída, é claro, socialmente – o ator serve-se de uma lista de prováveis opções e faz a melhor escolha de acordo com os meios de que dispõe.

Assim, o ambiente social joga um papel efetivo no caso da migração internacional, porque ela só ocorre de fato se a rede social a que pertence determinado ator propicia o conjunto de laços/conexões que permita levá-la a efeito. Rede social essa que abriga várias redes sociais e adquire o caráter de rede migratória em virtude do processo em torno do qual ela se organiza. A *rede migratória internacional* é um tipo específico de rede social – da qual fazem parte certas representações sociais que constituem o cerne da cultura migratória – que agrega redes sociais existentes, redes pessoais, por exemplo, e enseja a criação de outras redes; *consiste*, portanto, em *rede de redes sociais*. Logo, não é a rede pessoal do ator que determina a migração, mas as articulações que essa rede estabelece com outras redes sociais que se organizam consoante com o princípio compartilhado de migrar, associadas a fatores de ordem social, econômica, política, simbólica, afetiva etc. que levam à decisão de migrar, tornam a migração provável: se o migrante potencial não estiver inserido na rede migratória internacional, se a rede pessoal dele não abrigar os laços/conexões que permitem acionar essa rede migratória, é pouco provável que a migração se dê; é preciso que o ator tenha os laços “certos” com os atores “certos”. Enfim, *a migração internacional depende do perfil das conexões/laços da rede social da qual toma parte o ator; depende da posição estrutural que os fluxos “relacionais” conferem a ele nessa rede social, isto é, a rede social da qual o ator participa deve comportar vínculos que o inscrevam na rede migratória internacional para a consecução do migrar.*

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURT, R.S. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- DEGENNE, A. e FORSÉ, M. **Introducing social networks**. Londres: Sage Publications, 1999.
- DURHAM, E.R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GAUDEMAR, J.-P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.
- HAMMEL, E. A. A theory of culture for Demography. **Population and Development Review**, 16 (3), 1990, p. 455-485.
- HANNEMAN, R. **Introduction to social network methods**. Disponível em: <<http://wizard.ucri.edu/~rhannema/index.html#news>>. Acesso em: 21 junho 2001.
- HARRIS, J.H. e TODARO, M.P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H.A. de (coord.), **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, tomo 1, p. 173-209.
- KNOKE, D. e KUKLINSKI, J. **Network analysis**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, C. **A noção de estrutura em etnologia; Raça e história; Totemismo hoje**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1980.
- LEWIS, W.A. El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P., **La economía del subdesarrollo**. Madri: Editorial Tecnos, 1963.
- MASSEY, D.S. et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987. 335p.
- _____. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 1, n. 1, September, 1993.
- _____. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon, 1998, cap.2: Contemporary theories of international migration, p. 17-59.
- NACIONES UNIDAS. **Migración internacional y desarrollo**. Nova York: Sección de Reproducción de las Naciones Unidas, 1997.
- PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Nova York: Cambridge University Press, 1979.
- PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (ed.), **The economy sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**. Nova York: Russell Sage Foundation, 1995, p. 1-41.
- PORTES, A. e BACH, R.L. **Latin journey: Cuban and Mexican immigrants in the United States**. Berkeley: University of California, 1985.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (coord.), **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, tomo 2, p. 807-844.

SALIM, C.A. **Estrutura agrária e dinâmica migratória na região Centro-Oeste, 1970-80**: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. Tese de doutorado em Demografia, Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 1992. 354p.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Nova York: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, número especial, jan. 2000.

SCOTT, J. **Social network analysis**. Londres: Sage Publications, 2000.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SJAASTAD, L.A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H.A. de (coord.), **Migrações internas**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, tomo 1, p. 115-145.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, V. (ed.), **Immigration reconsidered**. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 79-95.

TODARO, M.P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países em desenvolvimento. In: MOURA, H.A. de (coord.), **Migrações internas**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, tomo 1, p. 146-171.

Abstract

Social network analysis and theoretical principles of international migration

The article presents a critical evaluation of the explanatory mechanism of theories that deal with the causes of migration. Based on Social Network Analysis (SNA), the article discusses theoretical and methodological principles and also seeks to shed some light on the structural conditions that lead workers to migrate to other countries.

Key words: Social network analysis. International migration. Structure. Emerging effect.

Recebido para publicação em 20/8/2003.

Aceito para publicação em 1/2/2004.